



BREVE ANÁLISE DO PENSAMENTO DE ANGELA DAVIS SOBRE O MODELO PATRIARCAL E DAS ORIGENS INTERSECCIONAIS DO FEMINISMO

Ceres Louise de Mendonça Barbosa¹

RESUMO: O presente artigo aborda o pensamento de Angela Yvonne Davis, umas das mais importantes filósofas contemporâneas, acerca do modelo patriarcal e do interseccionismo do feminismo sob a ótica da obra “Mulheres, raça e classe”, escrita por Davis em 1981, mas apenas lançada em 2016 no Brasil pela Editora Boitempo. O artigo destaca ainda as ideias de Angela Davis a respeito da luta constante contra o patriarcado e a compreensão do feminismo interseccional.

PALAVRAS-CHAVE: Angela Davis; patriarcado; feminismo interseccional.

1 INTRODUÇÃO

Com a finalidade de compreender a abordagem de Angela Davis, é importante ter em mente que essa professora, preta, filósofa, ativista, intelectual, nasceu em uma cidade segregada nos Estados Unidos da América e sua juventude foi cercada de violência praticada em virtude do racismo, tão marcante no início dos anos 60, além de ter resistido a acusações de práticas terroristas, perseguições e até a prisão (DAVIS, 2018).

Conforme a perspectiva de Rodrigues (2018), a abordagem da situação da mulher negra ao longo da história comprova enfrentamentos que se desdobraram em lutas constantes em diferentes patamares sociais. Assim, tomar como referência o pensamento de Angela Davis diante das disparidades de classe, etnia e gênero, por reconhecer e respeitar seu ativismo incessante em prol aos direitos das mulheres e contra quaisquer tipo de discriminação social e racial nos Estados Unidos, tem inspirado a ampliação do pensamento feminista brasileiro.

Além disso, as lutas travadas em detrimento da herança eurocêntrica e patriarcal eleva a justificativa da proposta estudada neste artigo, principalmente porque os “rótulos” ainda se perpetuam, cujo objetivo, nem sempre óbvio, é minimizar a atuação dos movimentos de lutas. (RODRIGUES, 2018, p. 1).

¹ Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Tiradentes. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Alagoas. Assessora Judiciária no Tribunal de Justiça de Alagoas. E-mail: ceresbarbosa@tjal.jus.br.

Neste aspecto, o senso comum indica a sociedade a pensar que feminismo é o machismo reverso, incitando o ódio e afastando homens e mulheres de entenderem acerca desse movimento social, político e filosófico que levanta a possibilidade de equidade entre os gêneros, e, para além, considera aspectos de raça e classe, sob a perspectiva interseccional.

Além disso, o sexismo², tão enraizado no nosso meio social, subjuga a mulher e a coloca em posição de, por vezes, sexo frágil, por outra, como objeto sexual, conforme já indicava o “Canto da Mulher Latino-Americana” de autoria de José Fernandes de Oliveira, lançada em 1983:

“Descreve do jeito que bem entender; Descreve seu moço; Porém não te esqueças de acrescentar; Que eu também sei amar; Que eu também sei sonhar; Que meu nome é mulher; Descreve meus olhos; Meu corpo, meu porte; Me diz que sou forte, que sou como a flor; Nos teus preconceitos de mil frases feitas; Diz que sou perfeita e sou feita de amor; Descreve a beleza da pele morena; Me chama de loira, selvagem, serena; Nos teus preconceitos de mil frases feitas; Diz que sou perfeita e sou feita de mel; Descreve do jeito que bem entender; Descreve seu moço; Porém não te esqueças de acrescentar; Que eu também sei sonhar; Que eu também sei lutar; Que meu nome é mulher; Descreve a tristeza que tenho nos olhos; Comenta a malícia que tenho no andar; Nos teus preconceitos de mil frases feitas; Diz que sou perfeita na hora de amar; Descreve as angústias da fome e do medo; Descreve o segredo que eu guardo pra mim; Nos teus preconceitos de mil frases feitas; Diz que sou perfeita, qual puro jasmim; Descreve do jeito que bem entender; Descreve seu moço; Porém não te esqueças de acrescentar; Que eu também sei lutar; Que meu nome é mulher; Descreve também a tristeza que sinto; Confesso não e minto que choro de dor; Tristeza de ver humilhado meu homem; Meus filhos com fome, meu lar sem amor; Descreve, seu moço, a mulher descontente; De ser objeto do macho e senhor; Descreve este sonho que levo na mente; De ser companheira no amor e na dor; Descreve do jeito que bem entender; Descreve seu moço; Porém não te esqueças de acrescentar; Que eu também sei amar; Que eu também sei lutar; Que meu nome é mulher.”

Destarte, consoante Márcia Tibure, (2018, p. 7) que propõe de que modo as lutas em defesa dos direitos das mulheres alocou o termo feminismo, elevando-o a um patamar que acabou por torná-lo “uma das palavras mais odiadas e amadas em intensidades bem diferentes. Assim, como há quem simplesmente rejeite a questão feminina, há quem se entregue a ela imediatamente”.

² O sexismo “[...] é compreendido como um conjunto de estereótipos sobre a avaliação cognitiva, afetiva e atitudinal acerca do papel apropriado na sociedade dirigida aos indivíduos de acordo com o sexo. As formas de sexismo são ambivalentes, não somente porque são indiretas, mas também, por acarretar emoções negativas e positivas, as quais de dupla valência afetivas, principalmente, quando se considera sua prática e expressão discriminatória tradicional, [...]”. (FORMIGA, 2016, p. 193).

Sob essa perspectiva, neste artigo serão debatidas breves questões atinentes a ideia de Angela Davis sobre o patriarcado, bem como da importância de entender o feminismo enquanto uma luta para além das questões gênero.

2 PATRIARCADO, GÊNERO, LUTA E CLASSE

Contextualizando as reproduções de Crenshaw, Collins e Brah & Phoenix, a professora de sociologia da *Université de Montréal*, Sirma Bilge (2009), dispõe que a interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado.

Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. Deste modo, o enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (BILGE, 2009, p. 70).

Davis, ao participar de uma coletiva de imprensa no lançamento de seu livro “Uma autobiografia”, afirmou que o olhar direcionado a um grupo específico dentro do feminismo: o de mulheres negras, não é sinônimo de restrição. “Ao participar do movimento tenho que ver a questão do patriarcado. Ao olhar para o feminismo, não posso ignorar a força do capitalismo sobre o patriarcado” (PINHEIRO, 2019).

Ao agregar gênero, raça e classe, averigua-se que a imagem da mulher, sobretudo da mulher negra, latina, oriental, indígena, é perpetuada mediante julgamentos machistas, racistas e preconceituosos, denotando a grande complexidade histórica pela qual há muito temos enfrentado, para desconstruir os papéis impostos por uma elite social tecida em ideais patriarcais, destacando a necessidade de contextualizar a herança escravista, patriarcal e sexista, marcada por injustiças emergidas no passado mas que coexistem no presente. (RODRIGUES, 2018, p. 2-3). Também nesse sentido:

“O sistema capitalista incorporou o patriarcado como estrutura das relações sociais e a origem da família e da propriedade privada. Desse modo, o modelo da heteronormatividade e a heterossexualidade obrigatória passou a ser o padrão aceito socialmente.” (GABRIEL; PINI, 2016, p. 1).

Outro conceito que contribui para o fortalecimento do patriarcado é o do andocentrismo. Segundo Saffioti (2004), “Baseia-se em um pensamento conservador que

valoriza as ideias masculinas e moralistas, para impor a força evocando o seu poder e autoridade sobre a mulher”. Tudo isso, corroborando com o pensamento de Angela Davis ao afirmar que:

“Se, e quando, alguém conseguir acabar, do ponto de vista histórico, com os mal-entendidos sobre as experiências das mulheres negras escravizadas, ela (ou ele) terá prestado um serviço inestimável. [...] as lições que ele pode reunir sobre a era escravista trarão esclarecimentos sobre a luta atual das mulheres negras e de todas as mulheres em busca de emancipação.” (DAVIS, 2016, p. 17).

Em uma sociedade marcada pela dominação masculina, nós, mulheres somos as principais vítimas, seja na política, seja na condição de raça e de classe. Neste aspecto, ante as questões de violência sexual contra a mulher, o combate ao estupro depende de uma mudança cultural, em especial, depende do fim do machismo, do patriarcado e de uma sociedade andocêntrica. (GABRIEL; PINI, 2016, p. 4).

O aspecto do interseccionismo feminista, segundo destaca Davis (2016), são abordados em quatro partes ao longo de “Mulheres, raça e classe”. O primeiro deles destaca a participação das mulheres brancas no movimento abolicionista. As mulheres, tanto as operárias, quanto as de classe média entenderam que a luta contra a escravidão significava, também, se opor a opressão no casamento e no mundo do trabalho.

A exemplo da reflexão proposto por Rago (2004, p. 497), que apresenta as reivindicações de trabalhadoras diante da precariedade que enfrentavam para desenvolver seu trabalho:

“As anarquistas e socialistas procuraram organizar as trabalhadoras, nas primeiras décadas do século, convocando-as para as assembleias sindicais ou para discutir os problemas femininos dentro dos sindicatos e comitês a que pertenciam. Desde o começo da industrialização, elas escreveram inúmeros artigos na imprensa operária, apontando os problemas enfrentados pelas trabalhadoras na produção e na vida social, as péssimas condições de trabalho e de higiene nas fábricas ou nas habitações coletivas e a inexistência de direitos sociais e políticos para as mulheres.”

Não podemos olvidar que nesse período, a divisão da esfera da produção e reprodução, tem seu auge no período de expansão do capitalismo industrial, consagrando essa divisão também como sexual. Essa transformação acompanha uma revalorização da produção, eliminando o reconhecimento da importância das tarefas que não tivessem valor no mercado. É a partir desse processo que vai sendo forjada a figura da dona de casa – modelo universal de feminilidade e ideal de prosperidade da classe média (DAVIS, 2016).

O segundo ponto aborda a maneira com que o movimento abolicionista defendeu e incorporou as questões de igualdade de gênero, especialmente sobre o sufrágio feminino.

Segundo Davis (2016), enquanto essa reivindicação era menosprezada ou negada, o militante negro Frederick Douglas declarava publicamente seu apoio ao voto feminino.

Essa capacidade de relacionar diferentes classes e os segmentos em seu interior, bem como identificar a radicalidade da compreensão das relações entre as singularidades, especificidades e a totalidade, se expressa em Freire (1995) quando este destaca que sua luta contra o capitalismo se funda na perversidade intrínseca e na natureza antissolidária do sistema. Para ele a ordem social injusta é a fonte da opressão. Os oprimidos são os condenados da terra, os esfarrapados do mundo, as classes populares, os sem dinheiro, sem poder, sem trabalho, sem terra, os subempregados.

O papel das mulheres negras na luta incessante pela causa abolicionista e contra a opressão das mulheres é o penúltimo ponto relacionado por Davis (2016), que destaca o importante papel desenvolvido pelas mulheres na orquestração de fugas e criação de comunidades livres.

No Brasil, vale destacar a atuação fundamental de Dandara dos Palmares, uma liderança feminina negra que lutou contra o sistema escravocrata do século 17 e que, junto de Zumbi, planejou e executou estratégias e planos de ataque e defesa do Quilombo dos Palmares³.

No quarto e último ponto abordado, Davis faz críticas aos desencontros entre o movimento sufragista e o abolicionista. Isso porque, em que pese todas as contribuições do movimento antiescravista ao recém-criado feminismo americano, ainda persistia a oposição ao voto pelos homens negros, como se este fosse uma ameaça à conquista do voto feminino, revelando a persistência de traços racistas em seus argumentos, impedindo a correta compreensão da interligação entre escravidão, exploração econômica e opressão social das mulheres (DAVIS, 2019, p. 75).

Davis destaca que, no período pós-escravidão, as mulheres negras foram sendo incorporadas ao trabalho remunerado, mas nos postos mais precários. O serviço doméstico mantinha-se como “selo da escravidão” (Davis, 2016, p. 98), que convivia com alta precarização e foi renovando as relações de exploração entre brancas de classe média e as mulheres negras. Assim, surge o principal cruzamento entre racismo e sexismo, ganhando novas formas de legitimação.

As palavras de Paradis (2020, p. 5-6) sintetizam bem o objetivo de Davis, ao finalizar sua obra:

“É importante reconhecer, por fim, o esforço de Davis de dar voz e rosto às mulheres que lutaram pela emancipação dos/as trabalhadores/as e do povo

³ Para aprofundar: ARRARES, Jarid. **As lendas de Dandara**. São Paulo: Cultura, 2016.

negro. Muitas foram as personagens aguerridas da narrativa da autora, que buscou destacar, inclusive, lideranças importantes dos partidos socialistas e comunistas, negras e brancas, que contribuíram decisivamente para que a organização de trabalhadores e trabalhadoras reconhecesse a centralidade da luta antirracista.”

Deste modo, quando as mulheres, individualmente e coletivamente, compreendem que as transformações nas relações de gênero, para acontecerem em nossa sociedade, dependem de outras transformações, elas se transformam de lutadoras das relações de gênero em construtoras e lutadoras de um novo Projeto de Sociedade. Neste momento, elas se inserem num processo de libertação também enquanto classe, lutando duplamente. Isto é, lutando para transformar as relações de gênero e de classe, sendo absolutamente contra qualquer outra espécie de discriminação, como a de raça e a religiosa. (MACHADO; PALUDO; CASTRO, 2018, p. 254).

3 CONCLUSÃO

Através de uma escrita não linear, Davis nos inspira a reescrever a história da luta das mulheres, a partir de uma perspectiva que inclua o exame das contradições dos contextos políticos, as estratégias perseguidas pelas mulheres organizadas e de modo interseccional, compreendendo historicamente como gênero, raça e classe foram se configurando para manutenção das opressões e para as possibilidades de emancipação (PARADIS, 2020, p. 7).

A imposição patriarcal, o racismo e o preconceito, por vezes negados ou ditos como superados na nossa sociedade, colocam as mulheres numa posição de luta constante para reafirmação de equidade no cenário político, social e laboral.

As contribuições de Angela Davis para a teoria feminista moderna são inegáveis, ao mesmo tempo que demonstram que as mulheres resistiram à escravidão, lutaram pela educação, como também pela resistência à violência sistemática sofrida pela população negra.

Davis nos possibilita um resgate da história do feminismo como pensamento político e enfatizando o papel interseccional presente desde as suas origens, por meio de diferentes atores e atrizes. Sem dúvidas é uma grande riqueza na história de luta das mulheres. A obra de Davis nos mostra, outrossim, que a linguagem antirracista foi essencial para fundamentar a luta feminista, pois é a partir do vocabulário da liberdade que a luta feminista tem a tarefa de construir as bases para igualdade de entre todas as mulheres, conectando sua história, a luta pela autonomia do corpo, a defesa de seus territórios e o reconhecimento de seu trabalho. (PARADIS, 2020, p. 6-7).

Finalmente, fica a inspiração e a missão de resgatar as vozes que historicamente se tornaram invisíveis, mas que contribuíram decisivamente para o feminismo latino-americano, são elas: trabalhadoras, mulheres do campo e das cidades, operárias, indígenas, mulheres afro latinas e caribenhas, que, como suas irmãs negras estadunidenses, produziram, na sua prática, uma pedagogia da libertação.

REFERÊNCIAS

BILGE, Sirma. "Théorisations féministes de l'intersectionnalité". *Diogenes*, n. 1, v. 225, p. 70-88, 2009.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FORMIGA, N. S. Inventário do sexismo ambivalente em brasileiros: sua acurácia estrutural. **Salud & Sociedad**, v. 2, n. 2, p. 192-201, 17 nov. 2016. Disponível em: <https://revistas.ucn.cl/index.php/saludysociedad/article/view/817/661> Acesso em: 05 nov. 2020.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. São Paulo: Olho d'Água, 1995.

GABRIEL, Eloisa; PINI, Francisca. **Violência, relação de gênero e direitos humanos**. Acervo Educador Paulo Freire, 2016. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/4297> Acesso em: 05 nov. 2020.

MACHADO, Rita; PALUDO, Conceição; CASTRO, Amanda Motta. Dossiê 50 anos da Pedagogia do Oprimido: movimentos de opressões e emancipações contemporâneas na América Latina e África. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 4 n. 2, p. 243-256, 2018. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/38026/26697> Acesso em 07 nov. 2020.

OLIVEIRA, José Fernandes de. Canto da Mulher Latino-Americana. **Oferenda**. Paulo: Paulinas, 1983. Duração: 3m16s. Disponível em: <https://youtu.be/RiIE7B1ji3Y> Acesso em: 07 nov. 2020.

PARADIS, Clarisse Goulart. A tradução do pensamento de Angela Davis para o Brasil: por uma história das origens interseccionais do feminismo. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 58, e205818, 2020. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332020000100600&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 nov. 2020.

PINHEIRO, Ana Carolina. "Temos que aprender com o Brasil", diz Angela Davis sobre o feminismo negro. **Revista Claudia**, São Paulo: Editora Abril, 2019. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/cultura/angela-davis-brasil/>. Acesso em: 07 nov. 2020.

RAGO, Margareth. Ser mulher no século XXI ou carta de alforria. *In*: VENTURI, Gustavo. RECAMÁN, Marisol. OLIVEIRA, Suely de (Orgs.) **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 31-41.

RODRIGUES, Maria Célia dos Santos. **Uma breve análise do pensamento de Angela Davis sobre o modelo patriarcal e o feminismo negro no Brasil 2000 a 2018**. 2018. 17 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Sociedade, Política e Cidadania: olhares transdisciplinares) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rondonópolis, 2018. Disponível em: <http://bdm.ufmt.br/handle/1/1086> Acesso em 06 nov 2020.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/unirio/cchs/ess/Members/vanessa.bezerra/relacoes-de-genero-no-brasil/Genero-%20Patriarcado-%20Violencia%20%20-livro%20completo.pdf/view>. Acesso em: 04 nov. 2020.

TIBURI, Márcia. **Feminismo em Comum**: para todas, todes e todos. 5. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.